



Companhia de Saneamento do Pará

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL

DECISÃO EM RECURSO ADMINISTRATIVO Nº 012/2018-CPL-COSANPA

PROCESSO: 019/2017

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 007/2017 – COSANPA-PA.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA ESPECIALIZADA EM PROJETOS DE SANEAMENTO BÁSICO PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO BÁSICO PARA AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO DAS SUB-BACIAS DE CONTRIBUIÇÃO DA ETE SIDERAL E ETE COQUEIRO, NAS CIDADES DE BELÉM E ANANINDEUA, NO ESTADO DO PARÁ. CONFORME ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA Nº 006/2017 –USPA/DET – COSANPA (ANEXO I), e demais anexos, que são partes integrantes e indivisíveis deste instrumento convocatório.

RECORRENTE: CONSÓRCIO UFC SANESCON, formado pelas empresas UFC ENGENHARIA LTDA E SANESCON PROJETOS E CONSTRUÇÕES EIRELI EPP.

I - DAS PRELIMINARES

Recurso Administrativo interposto **tempestivamente** pelo **CONSÓRCIO UFC SANESCON**, formado pelas empresas **UFC ENGENHARIA LTDA E SANESCON PROJETOS E CONSTRUÇÕES EIRELI EPP** já qualificado nos autos da Concorrência em epígrafe, através de seu representante legal, em face da decisão de julgamento das propostas técnicas, devidamente publicado no Diário Oficial do Estado do Pará do dia 12.06.2018 conforme Peça Recursal em 11(onze), laudas, acostada aos autos às (fls.6.203/6.213), devidamente recebido nesta Companhia no dia 19 de junho de 2018.

Prosseguindo o recorrente, apresenta suas Razões de Recurso: Iniciando no **item I** - com as considerações em face **DA TEMPESTIVIDADE DO RECURSO** e na sequência, item **II-** Apresentando **A SÍNTESE DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO** *verbis*:

II - SÍNTESE DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO.

A Concorrência Nacional nº 007/2017, realizada na modalidade técnica e preço, tem por objeto a "Elaboração de Projeto Básico para Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário das Sub-Bacias de contribuição da ETE Sideral e ETE Coqueiro, nas cidades de Belém e Ananindeua, no Estado do Pará". A Comissão de Licitação da COSANPA atribuiu a seguinte pontuação às empresas participantes do processo licitatório:

QUADRO 01 - RESULTADO PROPOSTA TÉCNICA - NOTA FINAL

EMPRESAS
ENCIBRA S.A. ESTUDOS E PROJETOS DE ENGENHARIA

NOTAS TÉCNICAS
97,00



Companhia de Saneamento do Pará

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL

SENHA ENGENHARIA & URBANISMO S.S.	97,00
CONSORCIO TRACTEBEL-ESSE	92,00
CONSORCIO UFC/SANESCON	70,00
MPB SANEAMENTO LTDA.	64,00

Nessa esteira a Recorrente assim se manifesta *verbis*:

“Entretanto, o consórcio UFC - SANESCON entende que a Comissão cometeu, na análise de sua proposta técnica, equívocos apontados na sequência:....”

Nesse contexto o Licitante/Recorrente apresenta sua tese recursal delineada no bojo de sua Peça de Recurso acostada às (fls.6204/6213), para ao final, em **(IV – CONCLUSÃO)**, assim requerer *verbis*:

“IV - CONCLUSÃO.

Pelo exposto, requer seja o presente recurso conhecido e provido, reformando a decisão recorrida para que sejam reavaliadas as notas atribuídas, ao consórcio UFC-SANESCON considerando-se as razões consubstanciadas neste recurso que majora a pontuação do consórcio UFC-Sanescon de 70,00 para 102,00 pontos.

Com a reformulação ou retificação solicitada, poderá o concurso prosseguir para a fase subsequente, tendo-se respeitado a orientação do ato convocatório de forma escorreita, e preservando-se o Interesse Público que, ao final, deseja a Contratação da efetiva melhor oferta, tal qual previsto e indicado no Edital.

Caso não seja este o entendimento desta digna Comissão, requer-se seja o procedimento devidamente instruído dentro do prazo legal, para, após, ser remetido a Ilustre autoridade superior, a quem competirá apreciar e deferir o pedido aqui formulado.

Termos em que,
Pede e espera deferimento....”

II - DAS FORMALIDADES LEGAIS

Que, cumpridas as formalidades legais, registra-se que o **CONSÓRCIO UFC SANESCON, devidamente habilitado, para a segunda fase do certame e conseqüentemente teve sua Proposta Técnica devidamente analisada e julgada** na Sessão de Julgamento das Propostas Técnicas da **CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 007/2017 – COSANPA-PA**, conforme decisão contida no bojo da **ATA** do dia oito do mês de junho de 2018 de (fls.6189/6197). Diante desses registros, e nessa esteira de análise e julgamento, da documentação, em face da Proposta Técnica apresentada pelo **CONSORCIO Recorrente** em comento, a Comissão considerando as exigências do Edital, assim como, o objeto do **Parecer Técnico nº 007/2018-UEPR de (fls.6173/6186) e RESUMOS DE PONTUAÇÃO de (fls.6187/6188)**, devidamente acostados aos presentes autos, decidiu, pela **CLASSIFICAÇÃO**



Companhia de Saneamento do Pará

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL

da Proposta Técnica do **CONSORCIO UFC - SANESCON**, que obteve o total de 70 (setenta) pontos.

Em face dessas diligências o Licitante/Recorrente: **CONSORCIO UFC - SANESCON**, interpôs o recurso administrativo aqui discutido, inconformado com a decisão nos termos da ATA de (fls.6189/6197), em face do julgamento em comento mediante os argumentos registrados no item: **I - DAS PRELIMINARES** ao norte delineado e seguintes assim como, diante das razões de fato e de direito, expostos em sua Peça de Recurso, consoante: **(Item IV – CONCLUSÃO)**.

Diante da interposição do recurso aqui mencionado a CPL encaminhou as demais concorrentes o documento de (fls.6214/6215), objetivando a apresentação de *contrarrazões*, registrando-se, todavia, que não houve a apresentação, de *contrarrazões* pelos demais Licitantes.

Considerando a interposição do Recurso Administrativo supra mencionado, apresentado pelo Licitante/Recorrente: **CONSORCIO UFC - SANESCON** nos termos da Peça Recursal acostada às (fls.6203/6213), a Comissão inicialmente reitera o **julgamento das Propostas Técnicas nos termos da ATA de** (fls. 6189/6197), em face das impugnações recorridas, no bojo do Recurso Administrativo em comento, com posterior encaminhamento a Diretoria de Expansão e Tecnologia solicitando análise e elaboração de Parecer Técnico, através de sua Unidade Competente, conforme expediente de (fls.6230), e a Procuradoria Jurídica – PJU/COSANPA, para análise e parecer jurídico, conforme expediente de (fls.6247).

III - DA TEMPESTIVIDADE DO RECURSO:

Urge salientar que o lapso temporal para interposição do recurso foi observado pelo Recorrente, tendo sido interposto tempestivamente.

IV- RELATÓRIO

Trata-se de recurso interposto pelo Licitante/Recorrente **CONSORCIO UFC - SANESCON**, com fundamento no art. 109, inciso I, alínea “a”, da Lei federal nº 8.666/93, devidamente qualificado nos autos, conforme Peça Recursal em 11(onze), laudas acostada aos autos às (fls. 6203/6213), devidamente recebido nesta Companhia no dia 19 de junho de 2018, **CONTRA** a decisão da Comissão Permanente de Licitação - CPL, exarada em ATA (fls. 6189/6197), do dia 08 do mês de junho de 2018, desta feita para Julgamento das Propostas Técnicas apresentadas pelos Licitantes habilitados à segunda fase do certame.

Em síntese, a CPL, depois da análise criteriosa, da documentação técnica apresentada pelo Recorrente, declarou sua pontuação nos termos contidos no bojo da ATA de (fls.6189/6197), dos autos.

Neste sentido o Licitante/Recorrente inconformado com a sua pontuação interpôs recurso conforme Peça Recursal, acostada aos autos às (fls.6203/6213), nos termos



Companhia de Saneamento do Pará

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL

inseridos nas **preliminares** e seguintes, em face da tese de seu Recurso, ao norte já delineado, argumentos que, portanto, agrega-se na oportunidade, como parte deste relatório.

Concluindo sua tese recursal, o Recorrente, em face das razões expostas, REQUER conforme *verbis*:

“IV - CONCLUSÃO.

Pelo exposto, requer seja o presente recurso conhecido e provido, reformando a decisão recorrida para que sejam reavaliadas as notas atribuídas, ao consórcio UFC-SANESCON considerando-se as razões consubstanciadas neste recurso que majora a pontuação do consórcio UFC-Sanescon de 70,00 para 102,00 pontos.

Com a reformulação ou retificação solicitada, poderá o concurso prosseguir para a fase subsequente, tendo-se respeitado a orientação do ato convocatório de forma escoreita, e preservando-se o Interesse Público que, ao final, deseja a Contratação da efetiva melhor oferta, tal qual previsto e indicado no Edital.

Caso não seja este o entendimento desta digna Comissão, requer-se seja o procedimento devidamente instruído dentro do prazo legal, para, após, ser remetido a Ilustre autoridade superior, a quem competirá apreciar e deferir o pedido aqui formulado.

Termos em que,
Pede e espera deferimento....”

É o relatório.

V - DA ANÁLISE DO RECURSO

Após reexame baseado nas alegações do Consórcio/ Recorrente, expostas em sua Peça Recursal, a Comissão passa à análise de fato.

Antes de adentrar nos aspectos legais, urge salientar que a Comissão Permanente de Licitação – CPL/COSANPA pauta sua conduta dentro dos mandamentos da Constituição da República Federativa do Brasil (art. 37), da Lei nº 8.666/93 (art. 3º), e nos princípios contidos nestes dois diplomas legais, principalmente o da legalidade estrita, inerente à Administração Pública. Logo, não há um ato sequer que desabone a conduta desta CPL, principalmente quanto ao tratamento isonômico dispensado às licitantes, bem como de suas decisões, já que estas são elaboradas conforme os ditames da Lei de Licitações.

Primeiramente, vejamos o que determina o art. 37, XXI da CF/88 quanto à licitação:

ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão



Companhia de Saneamento do Pará

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL

contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

A Lei 8.666/93, que regulamenta as licitações, estabelece:

Art. 3º. A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da **isonomia**, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da **legalidade**, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, **da vinculação ao instrumento convocatório**, **do julgamento objetivo** e dos que lhes são correlatos.

Art. 41. **A administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.** (grifos nossos)

Verifica-se, portanto que o objeto do recurso em comento vincula-se: Ao Julgamento das Propostas Técnicas apresentados pelos Licitantes Habilitados a Segunda Fase do Certame em face dos requisitos contidos no bojo **do Edital de CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 007/2018-COSANPA-PA, e seus anexos.**

Diante das razões mencionadas acima, fica patente que a Comissão cumpriu o que estabelecia o Edital referenciado, em congruência com o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, previsto no art. 3º da Lei nº 8.666/93, e também com a jurisprudência do TCU.

Ressalta-se que o preâmbulo do edital deixou explícito que a CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 007/2017 – COSANPA-PA ocorreria nos termos da Lei nº 8.666/93 e demais alterações, observadas as normas, condições e recomendações contidas nos seus anexos, que são partes integrantes e indivisíveis do Edital. Portanto, a Licitante estava ciente e concordou com todas as exigências contidas no ato convocatório.

VI - PRELIMINARMENTE:



Companhia de Saneamento do Pará

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL

Em análise preliminar, verifica-se que o Recurso reúne condições de admissibilidade, eis que tempestivamente interposto.

VII - DO MÉRITO:

Esta Comissão, analisando a situação fática posta, o objeto do Recurso interposto, o teor do Edital, em cotejo com a análise contida no bojo do **PARECER TÉCNICO Nº 07/2018 - USPA, de 27 de junho de 2018, de (fls.6232/6238), da DIRETORIA DE EXPANSÃO E TECNOLOGIA – UNIDADE DE SERVIÇOS DE PROJETOS E MEIO AMBIENTE** da lavra da **Arq. Fernanda Regina Paes – Gestora da Unidade de Serviços de Projetos e Meio Ambiente/COSANPA**, decidiu a unanimidade, senão vejamos:

1- Quanto, aos argumentos, do Recorrente nos termos de sua tese recursal, a Comissão depois de acurada análise, nessa argumentação, no que tange ao cerne da questão discutida nestes autos, objetivamente ao cumprimento das exigências do Edital em face do Licitante/Recorrente, vinculado ao julgamento de sua Proposta Técnica diante de acurada análise da documentação técnica apresentada, e, por entender, que o objeto discutido no Presente Recurso Administrativo, trata-se de *matéria eminentemente TÉCNICA* concernente ao objeto licitado inerente ao certame, haja vista, o cotejo de nossa análise neste destaque, com os fundamentos do **PARECER TÉCNICO Nº 07/2018 - USPA, de 27 de junho de 2018, de (fls.6232/6238), da DIRETORIA DE EXPANSÃO E TECNOLOGIA – UNIDADE DE SERVIÇOS DE PROJETOS E MEIO AMBIENTE** da lavra da **Arq. Fernanda Regina Paes – Gestora da Unidade de Serviços de Projetos e Meio Ambiente/COSANPA**. É que, nessa esteira de análise a CPL, acata a decisão desse Parecer Técnico, como subsídio técnico, para fundamentar sua decisão.

Neste sentido pedimos *venia*, para transcrever o entendimento da Área Técnica da Companhia, a teor contido no bojo desse **PARECER TÉCNICO** em comento, nos termos de sua Fundamentação conforme *verbis*:

“(…)

I - Relatório

(…)

De acordo com a clausula 6.1 do referido edital, que fala do conteúdo dos documentos da proposta técnicas para aferição das notas, o exame seria dividido em 03(Três) formas de avaliação: 1) conhecimento do problema; 2) plano de trabalho e Metodologia e 3) experiência da empresa e equipe técnica para atendimento a uma população igual ou superior a 150.000 habitantes.

Entretanto após entrega dos envelopes, com as propostas técnicas (envelope nº 2), a comissão permanente de licitação, após análise, atribuiu as seguintes pontuações: A) CONSORCIO TRACTEBEL-ESSE 97: pts.; B) SENHA ENGENHARIA & URBANISMO SS 97 pts C) ENCIBRA S.A ESTUDOS E PROJETOS DE ENGENHARIA: 82 pts.; D) CONSORCIO UFC-SANESCON: 70 pts. e E) MPB SANEAMENTO LTDA: 64 pts.



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL

Desta forma, após ciência da decisão, a recorrente entrou com recurso administrativo contra decisão, requerendo sua reforma quanto a avaliação das 3 Tabelas conforme veremos a seguir.

II- FUNDAMENTAÇÃO

II.1.1 – tabela 1 – conhecimento do problema, item I - Caracterização com base em informações secundárias do meio físico: informações gerais dos municípios e das localidades, bacia hidrográfica, hidrologia, tipos de solo, topografia, declividade:

Neste item a comissão permanente de licitação com base no parecer técnico 007/2018- UEPR, atribuiu a pontuação “B” 03 (Três pontos) ao recorrente sobre o fundamento que embora a empresa tenha mostrado conhecimento do problema, pecou em outros aspectos técnicos.

O recorrente por sua vez alega que a falha apontada pela comissão referente a bacia 6- Magalhães Barata não seria suficiente para justificar a redução da pontuação, e por esse motivo solicita reforma da sua pontuação neste item de “B” 03 (Três pontos) para “C” 06 (Seis pontos)

Ocorre que o consórcio demonstrou apenas parte do conhecimento problema, caracterizando-o com base em informações em meio físico da bacia hidrográfica e hidrológica, quanto aos tipos de solo, topografia e declividade e declividade na maior parte do que pede o item, entretanto não podemos deixar de destacar que a “bacia 6” – “Magalhães Barata” além de não constar no site da prefeitura de Belém, é uma bacia, que não condiz com objeto licitado, com características e intervenções diferentes, que se fossem levadas em consideração no projeto, deixariam muito mais oneroso.

Sendo assim, não procede o inconformismo do recorrente, haja vista que não cumpriu na íntegra as exigências do item, e por este motivo esta unidade mantém seu posicionamento e atribui a mesma pontuação atribuída no parecer técnico 007/2018- UEPR, qual seja nota “B” 03 (Três pontos)

II.1.2 – tabela 1 – conhecimento do problema, item II - Memorial descritivo dos serviços necessários a elaboração dos projetos:

Neste item a comissão permanente de licitação com base no parecer técnico 007/2018- UEPR atribuiu à pontuação “B” 03 (Três pontos) ao recorrente, entretanto por problemas de configuração acabou por não fundamentar sua decisão.

Sendo assim com base no princípio administrativo da motivação, resolve esta unidade em rever seu posicionamento e atribuir ao recorrente a nota “C” que equivale a 06 (seis pontos).



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL

II.1.3 - tabela 1 – conhecimento do problema, item III - Principais problemas a serem enfrentados na elaboração dos projetos e futura execução das obras, com propostas de solução:

Neste item a comissão permanente de licitação com base no parecer técnico 007/2018- UEPR, atribuiu a pontuação “B” 03 (Três pontos) ao recorrente, sob o fundamento que o consorcio apresentou parcialmente aspectos e informações técnicas solicitadas no item, uma vez que não levou em conta bacias localizadas próximas ao núcleo Tucunduba que apresentam além de baixa declividade baixa declividade, ocupação em altas densidades populacionais e grande impermeabilidade do solo, apresentando apenas de bacias periféricas menos adensadas e em níveis mais elevados de permeabilidade do solo e declividades mais acentuadas como Paracuri, Mata fome e Pau- grande.

O recorrente por sua vez alega que nas suas 10 páginas mostrou conhecimento e experiência em serviços afins abordando problemas e soluções sobre todos os aspectos e por este motivo solicita reforma da sua pontuação neste item de “B” 03(Três pontos) para “C” 06 (Seis) pontos

Ocorre a que reanalisando a documentação apresentado pelo consorcio ficou claro a esta unidade que de fato o consorcio apenas demonstrou em parte os aspectos e/ou informações técnicas solicitadas neste item.

Sendo assim, não procede o inconformismo do recorrente, haja vista que não cumpriu na integra as exigências do item, e por este motivo esta unidade mantém seu posicionamento e atribui a mesma pontuação atribuída no parecer técnico 007/2018-UEPR, qual seja nota “B” 03(Três pontos)

II.2 - tabela 2 – Plano de Trabalho e Metodologia, item II - Descrição metodológica das atividades em consonância com o fluxograma de atividades e compatível com os trabalhos a executar:

. Neste item a comissão permanente de licitação com base no parecer técnico 007/2018- UEPR, atribuiu a pontuação “B” 03 (Três pontos) ao recorrente, sob o fundamento que o consorcio não cumpriu com o solicitado no item de forma satisfatória, uma vez que o fluxo das atividades que permitiriam melhorias e esclarecimentos dos trabalhos não ficaram claros na proposta.

O recorrente por sua vez alega que apresentou metodologia das atividades delineadas por etapas e em consonância com respectivo fluxograma de forma detalhada que direciona com racionalidade e compatibilidade os trabalhos a serem executados, além disso acrescenta que estes aspectos por si so não justificam a redução de notas e por este motivo solicita reforma da sua pontuação neste item de “B” 03(Três pontos) para “C” 06 (Seis) pontos.

Ocorre a que reanalisando a documentação apresentado pelo consorcio ficou claro a esta unidade que de fato o consorcio apenas demonstrou em parte os aspectos e/ou informações técnicas solicitadas neste item.



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL

Sendo assim, não procede o inconformismo do recorrente, haja vista que não cumpriu na íntegra as exigências do item, e por este motivo esta unidade mantém seu posicionamento e atribui a mesma pontuação atribuída no parecer técnico 007/2018-UEPR, qual seja nota “B” 03 (Três pontos).

II.3.1 - Tabela 3– EXPERIENCIA DA EMPRESA E EQUIPE TECNICA PARA ATENDIMENTO A UMA POPULAÇÃO IGUAL OU SUPERIOR A 150.000 HABITANTES, item I - EXPERIÊNCIA DA EMPRESA NA ELABORAÇÃO DE DIAGNOSTICO, ESTUDO DE CONCEPÇÃO, PROJETOS BÁSICOS E COMPLEMENTARES PARA SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO:

Neste item a comissão permanente de licitação com base no parecer técnico 007/2018- UEPR, atribuiu a pontuação “B” 05 (Cinco pontos) ao recorrente, sob o fundamento que o consorcio embora tenha apresentado 4 certificados de acervo técnico, que se referem a projetos básicos de esgotamento sanitário, nenhum deles apresentou experiência em “estudos de concepção” e “ Diagnostico”.

O recorrente por sua vez alega que nos CAT’S 041/97, 7920/2016 e 1060/1995, que abrangem projetos de ampliação de unidades existentes, exigem naturalmente para sua consecução o respectivo diagnostico, e que no CAT especifico 7920/2016, que abrange estudos e Concepção, na Fase 2, tem como Produto “Estudos de Concepção e Viabilidade”, e desta forma alega que cumpriu com todos os requisitos do item e por este motivo solicita reforma da sua pontuação neste item de “B” 05 (Cinco) para “E” 20 (Vinte) pontos.

Ocorre que a empresa apresentou 4 atestados, sendo que um deles se refere a empresa “Hydro” e não ao consorcio, não obstante a isto dos 3 atestados validos em nenhum deles a empresa apresentou “estudos de diagnósticos” como solicitado no edital, outra dúvida que surge sobre a análise da documentação apresentada é que se no CAT especifico 7920/2016, que a empresa alega que abrange estudos e Concepção, na Fase 2, porque não anexou no atestado?.

Sendo assim, não procede o inconformismo do recorrente, haja vista que não cumpriu na íntegra as exigências do item, e por este motivo esta unidade mantém seu posicionamento e atribui a mesma pontuação atribuída no parecer técnico 007/2018-UEPR, qual seja nota “B” 05 (Cinco pontos).

II.3.2 - Tabela 3 – EXPERIENCIA DA EMPRESA E EQUIPE TECNICA PARA ATENDIMENTO A UMA POPULAÇÃO IGUAL OU SUPERIOR A 150.000 HABITANTES, item II - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA DA EQUIPE, COM ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADES DOS MEMBROS:

Neste item a comissão permanente de licitação com base no parecer técnico 007/2018- UEPR, atribuiu a pontuação “D” 15 (Quinze pontos) ao recorrente, sob o fundamento que o consorcio embora tenha apresentado a equipe técnica, com quase todas as solicitações do item quanto à qualificação (profissão) dos membros, período de experiência e vínculo jurídico



Companhia de Saneamento do Pará

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL

com o consórcio, descumpriu a exigência do edital, quanto ao especialista em projetos hidrogeológicos e hidrológicos para projetos de esgotamento sanitário, o consórcio apresentou como especialista, o Engenheiro civil Eduardo Azevedo Tourinho, que apenas demonstrou experiência em estudos hidrológicos e hidrogeológicos em projetos de urbanização, não relacionados ao objeto licitado. E por esse motivo descumpriu a exigência do item quanto a esse especialista.

O recorrente por sua vez alega que, embora não tenha cumprido a exigência do item quanto a esse especialista, o edital é claro ao exigir equipe mínima de 5 profissionais e que para efeito de pontuação exige apenas a comprovação de experiência de 04(quatro) profissionais, exigindo assim a comprovação de experiência de apenas 04 profissionais, e desta forma alega que cumpriu com o exigido no item e por este motivo solicita reforma da sua pontuação neste item de "D" 15(Quinze) pontos para "E" 20 (Vinte) pontos.

Ocorre que não será possível nenhum dos licitantes realizar o estudo e consequentemente cumprir com objeto licitado sem o especialista em projetos hidrogeológicos e hidrológicos para projetos de esgotamento sanitário.

Sendo assim, não procede o inconformismo do recorrente, haja vista que não cumpriu na íntegra as exigências do item, e por este motivo esta unidade mantém seu posicionamento e atribui a mesma pontuação atribuída no parecer técnico 007/2018-UEPR, qual seja nota "D" 15(quinze pontos).

III – Conclusão

Ante o exposto, retificando posicionamento anteriormente manifestado por esta unidade, base de fundamentação para entendimento da comissão permanente de licitação, sugere-se o deferimento do recurso apresentado contra decisão que julgou as propostas técnicas, envelope nº 02, para que seja reformada quanto aos quesitos acima mencionados e mantida quanto aos demais termos.

Belém, 27 de junho de 2018.

Este é o parecer.

Arq. Fernanda Regina Paes

Gestora da Unidade de Serviços de Projetos e Meio Ambiente
COSANPA / DRT: 10851-0. "

Neste contexto diferentemente do entendimento anterior em face do **PARECER TÉCNICO Nº 007/2018 – UEPR**, da **DIRETORIA DE EXPANSÃO E TECNOLOGIA – UNIDADE DE SERVIÇOS DE PROJETOS E MEIO AMBIENTE – UNIDADE EXECUTIVA DE ESTUDOS E PROJETOS** de 06 de junho de 2018 de (fls. 6173/6186), anexo **RESUMO DE PONTUAÇÃO** de (fls. 6187/6188) encaminhado a esta CPL péla Arq. Fernanda Regina Paes – Gestora da USPA-Unidade de Serviços de Projetos e Meio



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL

Ambiente/COSANPA, através do r. Despacho Nº 021 USPA/2018 de 06 de junho de 2018 de (fls.6172), em face da tese recorrida. Desta feita, a Comissão decidiu a unanimidade, acolher como subsídio técnico o resultado da análise técnica e pontuação respectiva contidos a teor do **PARECER TÉCNICO Nº 07/2018 - USPA, de 27 de junho de 2018, de (fls.6232/6238), da DIRETORIA DE EXPANSÃO E TECNOLOGIA – UNIDADE DE SERVIÇOS DE PROJETOS E MEIO AMBIENTE** da lavra da Arq. Fernanda Regina Paes – Gestora da Unidade de Serviços de Projetos e Meio Ambiente/COSANPA. **No que tange ao conteúdo técnico e conclusão desse Parecer Técnico e RESUMOS DE PONTUAÇÃO** de (fls.6245/6246), reconsiderando decisão de esse Parecer Técnico, como fundamento técnico, para retificar posicionamento anterior, no sentido do deferimento parcial do Recurso apresentado pelo Licitante/Recorrente **CONSORCIO UFC – SANESCON, apenas para retificar sua pontuação no que se refere ao Item II.1.2 – Da TABELA 1, aumentando a pontuação do Recorrente de “B” 03 (três), pontos, para “C” 06 (seis), pontos.**

Motivos e subsídios, que respaldam e fundamentam a decisão desta Comissão, em **reconsiderar** parcialmente a decisão anterior, para desta feita, também a unanimidade, decidir pela **procedência parcial** do pleito recorrido apenas no destaque aqui demandado.

Deste modo, esta CPL, fundada no Princípio da Autotutela Administrativa, decide rever seu posicionamento, acatando em parte nos termos da fundamentação ao norte delineada o Recurso interposto pelo Recorrente **CONSORCIO UFC – SANESCON**, e, definir novo resultado do julgamento da Proposta Técnica do Recorrente.

Assim, os argumentos trazidos pelo Recorrente, submetidos à análise desta Comissão Permanente de Licitação - CPL e a Área Técnica Competente mostraram-se, parcialmente suficientes à comprovação da necessidade de reforma da decisão anteriormente prolatada, referente ao julgamento de sua Proposta Técnica.

Nessa esteira, conforme decisão balizada nos princípios da Legalidade, Razoabilidade, Competitividade, Proporcionalidade, Moralidade e Isonomia, reiteram-se ter sido observado neste contexto, à amplitude do caráter competitivo da licitação e ainda, com respaldo na legislação pertinente, esta Comissão Permanente de Licitação – CPL decide pelo **deferimento parcial do Recurso** interposto pelo Recorrente **CONSORCIO UFC - SANESCON**, para **RECONSIDERAR em parte a decisão anterior em face do julgamento de sua Proposta Técnica. Decidindo, desta feita, apenas para retificar sua pontuação no que se refere ao Item II.1.2 – Da TABELA 1, aumentando a pontuação do Recorrente de “B” 03 (três), pontos, para “C” 06 (seis), pontos.**

Corroborando a presente decisão, tomada pela Comissão Permanente de Licitação – CPL, os subsídios técnicos do **PARECER TÉCNICO Nº 07/2018 - USPA, de 27 de junho de 2018, da DIRETORIA DE EXPANSÃO E TECNOLOGIA – UNIDADE DE SERVIÇOS DE PROJETOS E MEIO AMBIENTE** da lavra da Arq. Fernanda Regina Paes – Gestora da Unidade de Serviços de Projetos e Meio Ambiente/COSANPA, devidamente acostado aos autos às (fls.6232/6238), **RESUMO DE PONTUAÇÃO** de (fls.6245/6246), o entendimento da Procuradoria Jurídica, diante do **PARECER Nº 284/2018/ PJU/COSANPA de 04 de julho de 2018**, acostado às (fls.6249/6253), e análise desta Comissão.



Companhia de Saneamento do Pará

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL

VIII - DA DECISÃO

Diante de todo o exposto, e em respeito às regras Editalícias da **CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 007/2017 – COSANPA-PA**, esta Comissão Permanente de Licitação – CPL, por unanimidade, decide pelo *deferimento parcial* do Recurso Administrativo interposto pelo Licitante/Recorrente **CONSORCIO UFC - SANESCON**, com fundamento na Análise do Mérito recursal, por não verificar, total subsistência nas alegações recursais apontadas, relacionado aos argumentos do Recorrente, em face da decisão anteriormente prolatada nos termos da ATA de (fls.6189/6197), dos autos. **Para reconsiderar parcialmente o JULGAMENTO da Proposta Técnica do Licitante/Recorrente CONSORCIO UFC - SANESCON anteriormente declarado, decidindo a unanimidade, desta feita, apenas para retificar sua pontuação no que se refere ao Item II. 1.2 – Da TABELA 1, aumentando a pontuação do Recorrente de “B” 03 (três), pontos, para “C” 06 (seis), pontos. Para ratificar e manter o julgamento anterior dos demais itens recorridos. Neste sentido sua Nota Final passa de 70 (Setenta), para 73 (Setenta e Três), pontos conforme RESUMO DE PONTUAÇÃO de (fls.6245/6246).** Com fundamento no Edital, na Legislação pertinente, na Doutrina, na Jurisprudência aplicável, nos subsídios técnicos, contidos no **PARECER TÉCNICO Nº 07/2018 - USPA, de 27 de junho de 2018, da DIRETORIA DE EXPANSÃO E TECNOLOGIA – UNIDADE DE SERVIÇOS DE PROJETOS E MEIO AMBIENTE** da lavra da Arq. **Fernanda Regina Paes – Gestora da Unidade de Serviços de Projetos e Meio Ambiente/COSANPA**, devidamente acostado aos autos às (fls.6232/6238), **RESUMO DE PONTUAÇÃO de (fls.6245/6246)**, no entendimento da **Procuradoria Jurídica**, diante do **PARECER Nº 284/2018/ PJU/COSANPA de 04 de julho de 2018**, acostado às (fls.6249/6253), dos presentes autos, bem como, na análise desta CPL do Recurso Administrativo referenciado. Peça de (fls.6203/6213).

Os autos serão encaminhados à autoridade Superior para conhecimento e ratificação da decisão, cuja publicação deste julgamento será feita na forma da Lei, e permanecem com vista franqueada aos interessados, em atenção ao Art. 109 da Lei 8.666/93.

Belém-PA, 11 de julho de 2018.

Ana Beatriz de Souza Oliveira
Presidente da Comissão Permanente de Licitação.

Raimundo Nonato Paixão Teixeira
Membro.

Ronaldo Marques Borges Leal.
Membro.



Companhia de Saneamento do Pará

TERMO DE DECISÃO LICITATÓRIA CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 007/2017 – COSANPA-PA PROCESSO Nº 019/2017.

O Senhor Presidente da Companhia de Saneamento do Pará – COSANPA no uso de suas atribuições legais, e:

Considerando os termos da Decisão em Recurso Administrativo nº 012/2018 da Comissão Permanente de Licitação – CPL de (fls.6254/6266), dos autos, concernente ao Recurso Administrativo interposto pelo: **CONSORCIO UFC - SANESCON**, referente ao certame: **CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 007/2017-COSANPA-PA**, que tem como objeto: Contratação de empresa de engenharia especializada em projetos de saneamento básico para elaboração de Projeto Básico para Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário das Sub-Bacias de contribuição da ETE Sideral e ETE Coqueiro, nas cidades de Belém e Ananindeua, no Estado do Pará. Conforme Especificação Técnica nº 006/2017 –USPA/DET – COSANPA (Anexo I), e demais anexos, que são partes integrantes e indivisíveis deste instrumento convocatório.

Considerando que, a conduta adotada pela Comissão está dentro dos mandamentos da Constituição da República Federativa do Brasil (art. 37), da Lei nº 8.666/93 (art. 3º), e nos princípios contidos nestes dois diplomas legais, principalmente o da legalidade estrita, inerente à Administração Pública e que, não há um ato sequer que desabone a conduta da CPL, principalmente quanto ao tratamento isonômico dispensado às licitantes, bem como de suas decisões, já que estas são feitas conforme os ditames da Lei de Licitações, e os fatos alegados pela recorrente não são suficientemente fortes para alterar a decisão da CPL.

Considerando, também, que a Comissão, por unanimidade de seus Membros decidiu pelo **deferimento parcial** do Recurso Administrativo interposto pelo Licitante/Recorrente **CONSORCIO UFC - SANESCON**, com fundamento na Análise do Mérito recursal, por não verificar, total subsistência nas alegações recursais apontadas, relacionado aos argumentos do Recorrente, em face da decisão anteriormente prolatada nos termos da ATA de (fls.6189/6197), dos autos. **Para reconsiderar parcialmente o JULGAMENTO da Proposta Técnica do Licitante/Recorrente CONSORCIO UFC - SANESCON anteriormente declarado, decidindo a unanimidade, desta feita, apenas para retificar sua pontuação no que se refere ao Item II. 1.2 – Da TABELA 1, aumentando a pontuação do Recorrente de “B” 03 (três), pontos, para “C” 06 (seis), pontos. Para ratificar e manter o julgamento anterior dos demais itens recorridos. Neste sentido sua Nota Final passa de 70 (Setenta), para 73 (Setenta e Três), pontos conforme RESUMO DE PONTUAÇÃO de (fls.6245/6246).** Com fundamento no Edital, na Legislação pertinente, na Doutrina, na Jurisprudência aplicável, nos subsídios técnicos, contidos no **PARECER TÉCNICO Nº 07/2018 - USPA, de 27 de junho de 2018, da DIRETORIA DE EXPANSÃO E TECNOLOGIA – UNIDADE DE SERVIÇOS DE PROJETOS E MEIO AMBIENTE** da lavra da Arq. **Fernanda Regina Paes – Gestora da Unidade de Serviços de Projetos e Meio Ambiente/COSANPA**, devidamente acostado aos autos às (fls.6232/6238), **RESUMO DE PONTUAÇÃO** de (fls.6245/6246), no entendimento da **Procuradoria Jurídica**, diante do **PARECER Nº 284/2018/ PJU/COSANPA de 04 de julho de 2018**, acostado às (fls.6249/6253), dos presentes autos, bem como, na análise desta CPL do Recurso Administrativo referenciado. Peça de (fls.6203/6213).

Resolve:

1. Acatar a Decisão em Recurso Administrativo nº 012/2018 da Comissão Permanente de Licitação - CPL/COSANPA;
2. Decidir, na preliminar, pela tempestividade, e no mérito, pelo deferimento parcial, do Recurso Administrativo interposto, nos termos da fundamentação, ratificando e mantendo a decisão anteriormente prolatada, em face da presente demanda.
3. Dar ciência da presente decisão ao Consórcio/Recorrente.

Belém (PA), 11 de julho de 2018.

Professor Doutor. Cláudio Luciano da Rocha Conde.

Presidente da Companhia de Saneamento do Pará - COSANPA.